



MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL - UASG 985475

Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/2026

PROCESSO DE COMPRA N.º 60/2026

ITENS EXCLUSIVOS ME E EPP

OBJETO	Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 179.740,25 (Cento e Setenta e Nove Mil e Setecentos e Quarenta Reais e Vinte e Cinco Centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	25 de junho de 2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor Preço por item
MODO DE DISPUTA	Aberto e Fechado
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	0,10 (dez centavos).
RECURSOS	Próprios.
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Portaria 104/2026.

Acompanhe o processo na íntegra pelo Portal da Transparência.





1. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, **UASG Nº 985475**, através do seu Prefeito Municipal, **Valmor Felipe Junior**, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, **contendo itens de participação exclusiva para ME e EPP**, objetivando a execução do objeto abaixo especificado, conforme solicitação feita pela **Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, e Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo**, por meio do processo administrativo n.º 60/2026, nas condições fixadas, cujo critério de julgamento será o **“menor preço” por item**, em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 agosto de 2014, do Decreto Municipal n.º 58, de 08 de Dezembro de 2023, do Decreto Municipal n.º 08, de 15 de Janeiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, acessado exclusivamente por meio eletrônico - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue:

1.2.1 - **A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 09H (nove) HORAS DO DIA 25 de junho de 2026**

1.3 - Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF.

1.4 - São Pregoeiros deste Município os servidores Bruno Olimpio Caus e Juliana Borges da Rosa de Almeida, designados pela Portaria n.º 104/2026 de 11 de março de 2026.

1.5 - O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto ao Departamento de Licitações, na Secretaria Municipal de Administração, no horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min, na Rua Hermínio Perondi n.º 176, Bairro Centro, em Flor da Serra do Sul - PR, ou pelos sites: <https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRNPfVtIntlwt-A==> ou www.gov.br/compras, demais informações poderão ser obtidas através do telefone (46) 3565-1101 ou e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.

2. OBJETO

2.1 - A presente Licitação tem por objeto a **Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul**. Conforme anexo III – Termo de Referência.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão, empresas, legalmente constituídas com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação desde que satisfaça as exigências do Edital e



esteja previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF e proceder ao seu **credenciamento** de acordo com os procedimentos do Sistema.

3.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que aqueles se tornaram desatualizados.

3.3.1 - Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.4 - **Será permitida a participação de empresas sob o regime de consórcio**, obedecidas às condições dispostas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.5 - Empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, ou reunidas sob a forma de consórcio, podem apresentar somente uma proposta, sob pena de rejeição de todas.

3.6 - As empresas que participarem da Licitação, isoladamente ou em consórcio, deverão examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.

3.7 - A empresa que optar por participar em Consórcio não poderá concorrer nesta Licitação como integrante de outros Consórcios ou isoladamente, seja diretamente, seja indiretamente, por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum).

3.8 - O Consórcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, sendo que o registro deverá ser feito nos termos do art. 15, §3º da Lei 14.133/2021, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

3.9 - É obrigatória a apresentação e cumprimento, por todos os integrantes do Consórcio, dos documentos e requisitos de habilitação na forma prevista neste Edital e seus anexos, sob pena de inabilitação do Consórcio.

3.10 - A inabilitação de qualquer empresa integrante do Consórcio acarretará a automática inabilitação deste.

3.11 - As empresas reunidas em consórcios, ainda deverão atender às seguintes condições:

- a) Deverá ser apresentada indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança.
- b) A empresa líder deverá ter poderes de representação do Consórcio perante terceiros, sem



prejuízo da responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

I - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

c) As empresas que optarem por participar em consórcio deverão apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

d) O termo de compromisso deverá definir o percentual de participação de cada um dos consorciados, bem como, conter cláusula definindo que as participantes responderão solidariamente por todos os atos praticados pelas partes, seja durante as fases da Licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra;

e) Os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;

f) Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos envelopes até a assinatura do Contrato;

g) A empresa líder será a principal responsável junto à contratante, pelos compromissos assumidos no contrato, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados pelos atos praticados em Consórcio;

3.12 Será concedido tratamento favorecido **para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.13 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.14 NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.14.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

3.14.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.14.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.14.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Licitação, impossibilitada de participar da Licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.14.4.1 - O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ou ainda, a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de



equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.14.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.14.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.14.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.14.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.14.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.14.11 - Os interessados que se encontrem sob falência ou estejam em processo de dissolução ou liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição (EXCETO RECUPERAÇÃO JUDICIAL).

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do Pregão.

4.2 - Incumbe ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelo setor requisitante do Processo, decidir sobre as impugnações ou pedidos de esclarecimento, divulgando as respostas em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - O termo de impugnação ou o pedido de esclarecimento poderá ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Administração de Flor da Serra do Sul, na Rua Hermínio Perondi, nº 176, Bairro: Centro, em Flor da Serra do Sul -PR, para o (a) Pregoeiro (a) responsável **ou** encaminhado por meio eletrônico, via e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br

4.3.1 - O (a) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Flor da Serra do Sul quanto do emissor, cabendo exclusivamente ao interessado certificar-se quanto ao seu efetivo recebimento pelo agente público.

4.4 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante ou cidadão que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.

4.5 - A impugnação feita pela licitante não a impedirá de participar do Processo Licitatório.

4.6 - A impugnação não possui efeito suspensivo.

4.6.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser



motivada pelo(a) Pregoeiro (a), nos autos do Processo de Licitação.

4.7 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração decorrente do acolhimento não comprometer a formulação das propostas.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

5.1.1 - Serão consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

5.2 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como, de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas;

5.4 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n 14.133 de 2021.

5.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens n.º 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



5.8 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, o preço ofertado.

5.9 - Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Flor da Serra do Sul.

5.11 - EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASNET, PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

5.12 - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.13 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de fornecer quando necessário os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.14 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO.

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicado neste edital.

6.2 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



6.5 Os lances deverão ser ofertados em “MENOR PREÇO POR ITEM”.

6.5.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.5.2 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.

6.10- Para o envio de lances do presente Processo, o modo de disputa será o modo **“ABERTO E FECHADO”**.

6.10.1 - Neste modo, a etapa de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

6.10.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.10.3 - Após a etapa de que trata o subitem 6.10.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3.1 - No procedimento de que trata o subitem 6.10.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 - Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.10.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no subitem 6.10.3.1.

6.10.5 - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

6.11 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

6.11.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance serão



consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.3 - Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.11.5 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.12 - Ultrapassado o desempate de que trata o item 6.11, se houver, havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no [art. 60 da Lei n 14.133, de 2021](#).

6.13 - Finalizadas as etapas de lances e eventual desempate, o (a) Pregoeiro (a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei n 14.133/2021](#), e constantes no item 03 (três) do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- c) Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo TCE-PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);
- d) CNJ/CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.14 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.15 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.16 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de verificação



da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no Edital, momento em que o (a) Pregoeiro (a) poderá realizar negociação, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço (lance ou proposta), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.17 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a negociação de que trata o item 6.14, poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação.

6.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19 - NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO IV DESTE EDITAL.

6.20 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.21 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores

a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.21.1 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.22 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7. DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - Encerrada a etapa de julgamento, o (a) Pregoeiro (a) convocará o licitante detentor da melhor oferta, para que este anexe a **PROPOSTA DE PREÇOS** no prazo de até **02h (duas horas)** úteis, em conformidade com o último lance ofertado ou negociado.

7.1.1- É facultado a(o) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo ou de Ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para envio da proposta de preços.

7.1.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá, caso julgue necessário, solicitar o envio de catálogo do item



ofertado, juntamente com a proposta de preços.

7.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA
contendo:

7.2.1 – Preferencialmente: razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotos vencidos, quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta em dias, e conter a declaração de que o valor contido em sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO II deste Edital.

7.2.2 - A empresa ou o consórcio deverá apresentar proposta contendo preço em todos os itens objeto deste Processo.

7.3 - A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.4 - Ultrapassada a fase da qualificação de proposta, serão analisadas as condições de habilitação definidas no Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A empresa ou o consórcio que teve sua proposta de preços ajustada APROVADA, será convocada via chat pelo (a) Pregoeiro (a), para no prazo de até 02 (duas) horas úteis, encaminhar os documentos de habilitação.

8.1.1 - É facultado o (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para o envio da documentação.

8.2 - Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, desde que necessários à confirmação daqueles exigidos em Edital e já apresentados, dentro do prazo estabelecido no item anterior.

8.2.1 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhadas por meio eletrônico, ou se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.3 - Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o (a) Pregoeiro (a) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O (a) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Flor



da Serra do Sul quanto do emissor.

8.4 - Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos tenham sido anexados ou a documentação esteja incompleta, o licitante terá sua proposta recusada.

8.5 A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

8.5.1 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso consistirá em:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- f) Compromisso de constituição de Consórcio, quando for o caso, nos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, contendo a indicação de qual das empresas será a empresa Líder.

8.5.2 - A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Ministério da Fazenda.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- f) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

8.5.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n 123/2006 e alterações.

8.5.2.2 - Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma



restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

8.5.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item supra, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90 da Lei n 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a Licitação.

8.5.2.4 - Na falta da regularização da documentação, no mesmo prazo previsto, a Administração poderá aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado pela proponente vencedora da Licitação.

8.5.2.5 - Será considerada Microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e Empresa de Pequeno Porte aquela que tenha auferido receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar n 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações. Sendo comprovada através dos balanços patrimoniais exigidos como comprovação de qualificação econômica no item 8.5.3, “a”.

8.5.3 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

I - Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

8.5.4 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

a) Não há.

8.6 – Declarações complementares: (anexas ao edital):

8.6.1 Declaração de LGPD

8.6.2 Declaração Unificada

8.6.6 A falta de Declarações do item 8.6, não será motivo para inabilitação, sendo que na falta de alguma declaração essa será solicitada mediante documentação complementar.

8.7 O CADASTRO no SICAF, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Departamento de Licitações do Município de Flor da Serra do Sul-PR (**DESDE QUE VÁLIDO**) poderá substituir os documentos indicados nos subitens 8.5.1 a 8.5.3, para a documentação por ele abrangida.

8.7.1- Caso os documentos válidos não estejam disponíveis para consulta e download, o licitante deverá encaminhá-los no prazo da convocação realizada pelo (a) Pregoeiro (a).

8.8 - Em se tratando de consórcio, deverá ser apresentado os documentos de habilitação dos



itens 8.5.1 a 8.5.3 ou o SICAF OU Certificado de registro cadastral emitido pela Divisão de Licitações da Secretaria Municipal Administração de Flor da Serra do Sul **(DESDE QUE VÁLIDO)** vigente de todas as empresas participantes do consórcio.

8.9 - Será verificado quanto às declarações obrigatórias no momento do cadastramento da proposta se o licitante apresentou via sistema, sob pena de inabilitação:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei ([art. 63, I, da Lei n 14.133/2021](#)).
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.10 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados os prazos e procedimentos previstos em Edital.

8.11 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.1 - A confirmação de regularidade perante os órgãos oficiais será realizada junto aos “sites” na INTERNET.

9.2 - Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade.

9.3 - Para que a licitante seja considerada vencedora, além de ter sua proposta aceita, deverá enviar todos os documentos previstos no Edital dentro do prazo estipulado.

9.4 - Não serão aceitos documentos em forma de ‘FAX ou equivalente’ e nem a apresentação de protocolo ou comprovantes de pagamento em substituição a documento solicitado como definitivo.

9.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar:

- a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo.
- b) em nome da sede (matriz), se o licitante for a sede (matriz).
- c) em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

9.6 - A falta de quaisquer documentos ou o descumprimento das exigências previstas nos subitens anteriores implicará a INABILITAÇÃO do licitante e sua consequente exclusão do Processo.

9.7 - Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

9.8 - A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste Edital e seus respectivos anexos.

9.9 - Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as



mesmas condições de habilitação.

9.10 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de Licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir.

9.12 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que aqueles se tornaram desatualizados.

9.13 - A verificação pelo (a) Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.14 - Na análise dos documentos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ATA e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da Licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei n 14.133, de 2021](#).

10.2 - O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ATA.

10.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.4 - **A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo máximo de 10 minutos após abertura do prazo, sob pena de preclusão;**

10.5 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.6 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12 - Os autos do Processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsnPfVtIntlwt-A==>.



11. ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 - Adjudicado o objeto da presente Licitação, o Município convocará o adjudicatário a comparecer, no prazo de **até 05 (cinco) dias**, para assinar o Termo de Contrato, que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei n 14.133/21**. Nos casos em que o instrumento contratual for encaminhado via correio ou em meio eletrônico, a Contratada terá o mesmo prazo para devolução, ou seja, até 05 (cinco) dias contados do recebimento.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.5 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 11.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) Adjudicar e celebrar o Contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado até o 30º dia do mês após a entrega, mediante a apresentação do Laudo de Recebimento Definitivo e respectiva nota fiscal/fatura.

12.2 - A nota fiscal deve ser emitida dentro do padrão uniforme estabelecido pelo ente federativo responsável e não poderá conter qualquer rasura ou elemento que prejudique a compreensão exata de seu conteúdo, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data de emissão;
- b) número do contrato ou da nota de empenho e ata de registro de preços, conforme o caso;
- c) descrição resumida do objeto fornecido ou serviço prestado;
- d) período respectivo de execução do contrato, se for o caso;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias aplicáveis.

12.3 - Na ocasião do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme item 11.3.3 do Termo de Referência.

12.4 - A empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de



Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

12.5 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Flor da Serra do Sul, CNPJ 95.589.271/0001-30, Rua Hermínio Perondi, 75, centro, Flor da Serra do Sul - Paraná, constando número da licitação.

12.6 - O cadastro no SICAF vigente, ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Departamento de Licitações do Município de Flor da Serra do Sul (desde que válidos), poderão substituir os documentos indicados no subitem 12.4.

12.7 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRC para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.8 - Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.11 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12.12 - O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

12.13 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

13.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data proposta apresentada.

13.2 Após o decurso de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma



não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.7 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

14. ANTICORRUPÇÃO

14.1 - As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n 8.429/1992), a Lei Federal n 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do Contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente Contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

15. SANÇÕES

15.1 - O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;



- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Municipal;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 - A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 15.1.

15.5 - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens I, II e III do item 15.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Flor da Serra do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.6 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens IV, V, VI, VII e VIII do subitem 15.1, bem como pelas infrações dos subitens I, II e III do item 15.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referido no item 15.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.7 - A sanção estabelecida no subitem IV do item 15.2, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal;

15.8 - As sanções previstas nos subitens I, III e IV do item 15.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II do mesmo item.

15.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.10 A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Municipal.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - As normas disciplinadoras desta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a Lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

16.3 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a). O (a) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

16.4 - Será facultado (a) o Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, inclusive parecer técnico à Secretaria Municipal de Agricultura, requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como, solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

16.4.1 - O (a) Pregoeiro (a) poderá ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em



quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

16.5- As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como, será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

16.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

16.7 - A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação.

16.8

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração de Flor da Serra do Sul.

16.9 , exceto quando explicitamente disposto em contrário.

16.10

A autoridade competente poderá revogar a presente Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes direito à indenização.

16.11 - O resultado da Licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsnPfvTIntlwt-A==> / <https://www.gov.br/compras/pt-br> e estará disponível junto a Depto de Licitações da Secretaria Municipal de Administração de Flor da Serra do Sul.

16.12- No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.13 - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os Editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

16.14 - A proponente deverá indicar o (a) Pregoeiro (a) todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

16.15 – O (a) Pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Flor da Serra do Sul quanto do emissor.

16.16 - Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo



responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

16.17 - Caso o sistema eletrônico desconectar para o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

16.18 - Se a desconexão do (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

16.19 - CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO(A) PREGOEIRO(A) VIA CHAT.

16.20 - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

16.21 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16.22 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

16.23 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Marmeleiro - PR.

16.24 - Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a).

16.25 - Fazem parte deste Edital:

16.25.1 - ANEXO I - Minuta do Contrato.

16.25.3 - ANEXO II - Modelo Proposta de Preços.

16.2.4 - ANEXO III - Termo de Referência.

16.24.5-ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar.

16.24.6-ANEXO V – Declaração LPGD.

16.24.7-ANEXO VI – Declaração Unificada.

16.24.8- ANEXO VII – Dotação Orçamentária.

Flor da Serra do Sul, 08 de junho de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
BENS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO
SUL E A EMPRESA
_____, NA FORMA
ABAIXO:

Que entre si celebram, o O **MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Hermínio Perondi, nº 176, FLOR DA SERRA DO SUL/PR, devidamente registrado no CNPJ sob n.º 95.589.271/0001-30, representado pelo **PREFEITO**, Senhor, **VALMOR FELIPE JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade nº 8.002.483-5 SSP/PR e do CPF nº 035.263.269-08, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, estabelecida na _____, _____ - ***** , Bairro _____, CEP nº _____ – cidade e UF, inscrita no CNPJ nº _____, representado pelo Senhor _____, Portador do CPF nº _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, tendo certa e ajustada a contratação, adiante especificada, cuja licitação foi promovida através do **Edital de Pregão Eletrônico n.º X/2026**, que independente da sua transcrição, integra o presente Contrato, que será regido pelas disposições da Lei n.º 14.133/21, dos Decreto Municipal n.º 58/2023 e 08/2024 e demais legislação aplicável e, supletivamente, pelo Código Civil e Código do Consumidor, às quais se sujeitam as partes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

I - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul. Conforme segue:

ITEM	QUANT.	UNID.	MARCA	DESCRI TIVO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência/ETP/Convênio;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR

I - O valor certo e ajustado para a contratação do objeto do presente Contrato é: R\$:



.....(.....Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

I - O objeto do contrato deverá atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência da Contratação.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS, LOCAL, RECEBIMENTO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- I. O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente e de acordo entre as partes, mediante Termo de Aditamento.
- II. A entrega dos bens deverá ser efetuada em até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, em entrega única e integral.
- III. Os locais de entrega, todos no Município de Flor da Serra do Sul/PR, são: (a) Prefeitura Municipal — Secretaria Municipal de Administração e Finanças (sede); (b) Secretaria Municipal de Saúde; (c) Secretaria Municipal de Esportes; (d) Secretaria Municipal de Assistência Social; (e) Secretaria Municipal de Educação; (f) Secretaria Municipal de Cultura; e (g) Secretaria Municipal de Agricultura, conforme indicação por item e por unidade na Nota de Empenho, observada a distribuição constante da tabela do item 2.1.
- IV. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, em horário de expediente do Município (das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00), salvo prévia autorização do fiscal do contrato.
- V. Os bens deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal eletrônica, do manual de instruções em língua portuguesa e do termo de garantia do fabricante.
- VI. A Contratada deverá observar todas as exigências do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), das normas ABNT/INMETRO aplicáveis e dos demais regulamentos técnicos vigentes, especialmente no tocante a vícios de qualidade ou quantidade que tornem os bens impróprios ao uso a que se destinam.

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DO PRODUTO E MANUTENÇÃO

- I. Todos os bens deverão ser entregues novos, sem uso prévio, com garantia mínima de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo. Para os equipamentos de climatização (itens 04, 05 e 06), aplicar-se-á a garantia específica do compressor (36 a 60 meses, conforme a respectiva especificação). Para a câmara de conservação para medicamentos/vacinas (item 10), o fornecedor deverá ainda apresentar laudos de calibração/revisão semestrais por 2 (dois) anos, conforme especificação.
- II. Durante o prazo de garantia, a Contratada será responsável pela assistência técnica diretamente ou por intermédio da rede autorizada do fabricante, providenciando o reparo ou a substituição do bem defeituoso no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da comunicação formal.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- I. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação. O faturamento deverá ser protocolado, em 02 (duas) vias, no protocolo do Município e deverá ser apresentado conforme segue: a) nota fiscal/fatura com discriminação



resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento; b) termo de recebimento provisório.

II. Havendo erro na apresentação dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça o pagamento – como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência –, esse ficará sobrestado até que a proponente contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município.

III. A Contratante realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

IV. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

V. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

VI. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento Geral do Município de Flor da Serra do Sul para o exercício de 2026, em cada uma das Secretarias requisitantes (Administração e Finanças, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura), na dotação abaixo discriminada:

Organograma	Máscara	Descrição da Despesa	Valor Previsto
03.001	03.001.04.122.0001.2002.3.3.90.30.00	Manutenção das Atividades Administrativas	20.000,00
05.002	05.002.12.361.0003.2031.3.3.90.30.00	Gestão da Secretaria de Educação	50.000,00
05.002	05.002.12.361.0003.2032.4.4.90.52.00	Ações do Ensino Fundamental I	50.000,00
06.002	06.002.27.812.0008.2015.4.4.90.52.00	Gestão das Ações Esportivas e Recreativas	10.000,00
06.002	06.002.27.812.0008.2015.3.3.90.30.00	Gestão das Ações Esportivas e Recreativas	20.000,00
08.002	08.002.08.245.0005.2019.3.3.90.30.00	Bloco de Proteção Social Básica	10.000,00
07.002	07.002.10.301.0004.2039.3.3.90.30.00	Gestão da Atenção Primária em Saúde	10.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2012.3.3.90.30.00	Gestão da Secretaria de Agricultura	5.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2012.4.4.90.52.00	Gestão da Secretaria de Agricultura	4.740,25
Total Previsto:			R\$ 179.740,25

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições do contrato administrativo.

II. Entregar os bens novos, sem uso prévio, em estrita conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta apresentada.

III. Substituir, no prazo de 10 (dez) dias úteis e às próprias expensas, os bens entregues em



desacordo com as especificações ou que apresentarem defeito constatado no recebimento provisório ou definitivo.

- IV. Assumir integralmente a responsabilidade pelo frete, carga, descarga e transporte dos bens até os locais de entrega, sem ônus para o Município.
- V. Prestar a assistência técnica durante todo o período de garantia, observando os prazos estabelecidos no item 7.4.
- VI. Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista.
- VII. Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer fato superveniente que possa comprometer o prazo ou a qualidade da entrega.
- VIII. Responder, integral e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis decorrentes da execução do contrato.
- IX. Não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.

CLÁUSULA NONA - DOS REQUISITOS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE

- I. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o Art. 5º da Lei nº: 14.133/21.
- II. As boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.
- III. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.
- IV. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- V. Treinamento/capacitação periódicos do (s) empregado (s) sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.
- VI. Deverá, se possível, adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Receber provisoriamente os bens, mediante conferência das quantidades e da documentação fiscal, no momento da entrega, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- II. Verificar a conformidade dos bens com as especificações, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, para fins de recebimento definitivo.
- III. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e nas condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.
- IV. Comunicar, formalmente, à Contratada qualquer irregularidade detectada nos bens entregues ou no cumprimento das obrigações contratuais.
- V. Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e no contrato, observados a ampla defesa e o contraditório.
- VI. Designar formalmente o fiscal e o gestor do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- a) As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- c) É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d) A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- e) Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- f) É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- g) O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- h) O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- i) O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- j) Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- k) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- l) O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- m) Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo



justificado;

- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

I - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente Contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

I - A Administração terá a opção de extinguir o Contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

II - A extinção do Contrato também poderá ocorrer nos termos previstos dos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO

I Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data proposta apresentada.

II Após o decurso de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

III Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

IV Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

V Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VI O reajuste será realizado por apostilamento.

VII Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E FISCALIZAÇÃO

I - Nos termos da Lei 14.133/2021, art.120 e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, junto com o Senhor Prefeito Municipal, obrigando-se ao cumprimento relativo ao objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Para fiscalizar e acompanhar o andamento da referida contratação, fica designado o servidor público Sr. _____ e como suplente o servidor Sr. _____. O gestor do presente contrato será o senhor Maurício Bernardon Benetti - Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo Segundo

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Quarto: Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- I- coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II- acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III- acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- IV- coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- V- coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Compras e Licitação para a formalização dos procedimentos de



que trata o art. 91 da Lei nº. 14.113, de 2021, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos;

VI- elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, quando cabível;

VII- coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is);

VIII- analisar a documentação que antecede o pagamento;

IX- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

X- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

XI- realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

XII- tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;

XIII- responder à solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

XIV- outras atividades compatíveis com a função.

Parágrafo Quinto: Caberá ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI - fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VII - comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

VIII - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Marmeleiro - PR para dirimir questões relativas ao presente Contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja. Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Flor da Serra do Sul, ***** de ***** de
2026.

Valmor Felipe Junior
Prefeito Municipal
Contratante

Assinatura da Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A/C

Pregoeiro (a) do

Município de Flor da Serra do Sul - PR Pregão Eletrônico n.º ____/2026

A Empresa, devidamente inscrita no CNPJ n, com endereço na Rua....., n....., CEP: na cidade de Estado do, telefone: ()-.....; e-mail:@ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)....., portador (a) do CPF n....., vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epígrafe que tem pôr a objeto Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul., conforme segue:

Itens	Características do objeto/Especificações	Quantidade	Marcas	Valor unitário	Valor Total
1					

I - Declaro ainda, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

II - Declaro ainda, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento da entrega do bem, como fretes, despesa com alimentação, estadia e demais que vierem ocorrer.

III - Declaramos que, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros, e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Prazo de Validade da Proposta é de: no mínimo 90 (noventa) dias.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal



ANEXO III- MODELO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos de Climatização

1. OBJETO

1.1. Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

2.1. As especificações detalhadas dos itens, suas respectivas quantidades, unidade de medida, valor unitário máximo aceitável e valor total estimado encontram-se discriminados na tabela abaixo:

Item	Descrição Técnica	Un d	Qtd	Distrib uição por Secreta ria	V. Unit. Máx. (R\$)	V. Total (R\$)
01	Máquina de lavar roupa automática, capacidade de 17 kg de roupa seca (referência ABNT NBR 16281:2014). Cesto em aço inoxidável ou tecnologia equivalente/superior em durabilidade. Painel digital. Centrifugação compatível com a categoria. Eficiência energética classificação “A” do INMETRO (Portaria nº 324/2019) ou superior. Tensão 127V, 60 Hz. Dimensões compatíveis com o espaço físico disponível nas instalações municipais. Acabamento neutro adequado ao ambiente administrativo (branco, cinza ou similar). Garantia mínima de 12 meses. Conforme ABNT NBR NM 60335-1 e ABNT NBR NM 60335-2-7.	UN	05	Saúde (1); Esportes (1); Educação (3)	2.462,39	12.311,95
02	Secadora de roupas elétrica (piso ou parede), capacidade de 11 kg (referência ABNT NBR 16281:2014). Secagem por ar quente com sensor de umidade. Cesto em aço galvanizado, inox ou tecnologia equivalente/superior. Painel digital. Filtro de fiapos. Eficiência energética classificação “A” do INMETRO ou superior. Tensão 127V, 60 Hz. Dimensões compatíveis com o espaço físico disponível. Acabamento neutro. Kit parede incluso quando aplicável. Garantia mínima de 12 meses. Conforme ABNT NBR NM 60335-1 e ABNT NBR	UN	04	Saúde (1); Educação (3)	2.910,80	11.643,20



	NM 60335-2-11.					
03	Refrigerador, tipo frigobar. Material: aço galvanizado, com pintura eletrostática a pó de alta resistência à corrosão. Capacidade de armazenamento mínima de 100 litros. Cor branca. Tensão 110V. Prateleiras removíveis e retráteis. Iluminação interna, pés niveladores, gaveta multiuso com tampa aproveitável, porta reversível e porta-latas. Porta reversível em aço galvanizado com pintura eletrostática a pó. Certificação Selo PROCEL A. Garantia mínima de 12 meses contados da data de entrega.	UN	01	Saúde (1)	1.327,05	1.327,05
04	Ar-condicionado Split Inverter, ciclo Quente e Frio, capacidade de 12.000 BTU/h, conforme ABNT NBR 16655-1/2:2018. Gás refrigerante R-410A, R-32 ou tecnologia equivalente/superior. Serpentina em cobre ou tecnologia equivalente/superior quanto à resistência, durabilidade e desempenho operacional. Filtro antibactéria ou tecnologia equivalente. IDRS conforme classificação "A" do INMETRO (Portaria nº 324/2019) ou superior. Tensão 220V, 60 Hz. Dimensões compatíveis com o espaço físico disponível. Garantia mínima de 12 meses para o equipamento e 36 meses para o compressor. Conforme ABNT NBR NM 60335-1 e ABNT NBR NM 60335-2-40.	UN	11	Administração (1); Assistência Social (2); Agricultura (2); Educação (6)	2.996,90	32.965,90
05	Ar-condicionado Split Inverter, ciclo Quente e Frio, capacidade de 18.000 BTU/h, conforme ABNT NBR 16655-1/2:2018. Gás refrigerante R-410A, R-32 ou tecnologia equivalente/superior. Serpentina em cobre ou tecnologia equivalente/superior quanto à resistência, durabilidade e desempenho operacional. Filtro antibactéria ou tecnologia equivalente. IDRS conforme classificação "A" do INMETRO ou superior. Tensão 220V, 60 Hz. Dimensões compatíveis com o espaço físico disponível. Garantia mínima de 12 meses para o equipamento e 60 meses para o compressor. Atende ABNT NBR NM 60335-1 e ABNT NBR NM 60335-2-40.	UN	08	Saúde (3); Administração (1); Cultura (2); Educação (2)	4.430,69	35.445,52
06	Ar-condicionado Split Hi-Wall Inverter, capacidade de 24.000 BTU/h, ciclo Quente/Frio, tensão 220V, 60 Hz, monofásico. Fluido refrigerante R-410A, R-	UN	08	Educação (5); Cultura (2);	5.590,96	44.727,68



	32 ou tecnologia equivalente/superior. Classificação energética “A” do INMETRO ou superior. Nível de ruído compatível com a categoria. Dimensões compatíveis com o espaço físico disponível. Controle remoto sem fio. Conforme ABNT NBR 16655, ABNT NBR 5410 e ABNT NBR 16401. Garantia mínima de 12 meses para o produto e 36 meses para o compressor. Acabamento neutro (branco ou similar).			Administração (1)		
07	Máquina de lavar semiautomática (tanquinho) 10 kg, estrutura em polipropileno branco, tampa translúcida. Sistema de lavagem por turbilhonamento/agitação. Motor 400 W, 127V/220V, 60 Hz, certificação INMETRO (Selo PROCEL A). Pannel manual com 3 programas e 3 níveis de água. Filtro de fiapos. Dimensões máximas 90×55×55 cm. Conexão de água 3/4”, drenagem por gravidade. Garantia mínima de 12 meses. Conforme NBR IEC 60456. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	UN	05	Administração (1); Educação (4)	579,73	2.898,65
08	Centrífuga de roupas 10 kg, cesto em aço inox/polipropileno, rotação mínima de 1.700 RPM. Estrutura em polipropileno branco, tampa de segurança. Motor 180 W, 127V/220V, 60 Hz, certificação INMETRO (Selo PROCEL A). Sistema de segurança contra desbalanceamento. Saída de água direcionada. Dimensões máximas 80×50×50 cm. Pés antiderrapantes. Timer de 10 minutos. Garantia mínima de 12 meses. Conforme NBR IEC 60456.	UN	05	Administração (1); Educação (4)	478,02	2.390,10
09	Forno de micro-ondas de bancada, capacidade mínima de 32 litros, acabamento externo em aço inoxidável escovado e porta espelhada, painel de controle integrado. Tensão 127V, 60 Hz, potência mínima de micro-ondas de 900 W. Dimensões máximas 300×520×420 mm (A×L×P). Função “Tira Odor”. Display digital, trava de segurança, prato giratório de vidro. Certificação INMETRO, conforme ABNT NBR NM 60335-1 e ABNT NBR NM 60335-2-25. Garantia mínima de 12 meses. Fornecido novo, em embalagem original.	UN	05	Administração (1); Educação (4)	835,96	4.179,80



10	Câmara de conservação vertical para medicamentos, vacinas e termolábeis, capacidade mínima de 500 L, gabinete interno em aço inoxidável AISI 304 e externo em aço carbono com pintura epóxi. Possui 5 prateleiras ajustáveis em inox, porta de vidro duplo/triplo antiembaçante com fechamento automático e puxador não oxidante. Montada sobre rodízios giratórios com trava. Refrigeração por compressor hermético com gás ecológico, sistema de ar forçado e iluminação LED. Painel digital com display LCD, termostato programável, multisensores, alarmes sonoros/visuais para temperatura, porta aberta, bateria e falta de energia. Faixa de temperatura +2 °C a +8 °C (controlada a +4 °C). Memória de eventos, saída USB para dados e software de gerenciamento remoto. Sistema de emergência com bateria selada para 24 h de autonomia, controlador de tensão e discador automático. Tensão 110V, 50/60 Hz. Registro ANVISA. Inclui laudos de calibração/revisão semestrais por 2 anos e assistência técnica por 12 meses. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	UN	01	Saúde (1)	17.872,9 5	17.872,9 5
11	Câmara de conservação de vacinas vertical, capacidade de 120 litros, faixa de temperatura +2 °C a +8 °C, controle microprocessado com display digital e alarmes audiovisuais. Estrutura externa em aço carbono pintado, interna em aço inoxidável AISI 304. Porta de vidro duplo temperado com fechadura. Alimentação 220V/60 Hz. Registro ANVISA (RDC nº 665/2022) e certificação INMETRO (ABNT NBR IEC 60601-1, ABNT NBR 14786). Dimensões externas aproximadas 600×650×1.000 mm (L×P×A). Garantia mínima de 12 meses.	UN	01	Agricultura (1)	13.977,4 5	13.977,4 5

2.2. Será aplicada, item a item, a regra de participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, sempre que o valor total estimado individual de cada item, após a conclusão da pesquisa de preços, for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A aferição dar-se-á no momento da fase preparatória, com base nos valores apurados conforme item 13 deste Termo de Referência.



3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto desta contratação é classificado como bem comum, eis que suas especificações técnicas e padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos por meio de normas técnicas ABNT, INMETRO e especificações usuais de mercado, conforme o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4. VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente admitidas, observado o art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A presente contratação NÃO se sujeita ao regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), tratando-se de aquisição direta de bens, com quantitativos definidos e necessidade imediata, formalizada por meio de instrumento contratual próprio.

5. JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os equipamentos atualmente em uso nas Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura encontram-se desgastados pelo tempo de utilização ou são insuficientes em quantidade, apresentando baixo desempenho, falhas recorrentes e inadequação para atender às demandas cotidianas. A aquisição visa garantir condições adequadas de funcionamento, conforto térmico aos servidores e usuários, conservação de alimentos, materiais, medicamentos e imunobiológicos, e adequado suporte às atividades-fim das Secretarias requisitantes.

5.2. A contratação encontra fundamento na Lei nº 14.133/2021, em especial nos arts. 6º, XIII (bens comuns), 28, I (modalidade Pregão), e 23 (estimativa de preço).

5.3. Pretende-se, com a contratação: (i) restabelecer e ampliar as condições operacionais adequadas das Secretarias requisitantes; (ii) garantir conforto térmico e ergonômico nos ambientes de trabalho e atendimento ao público; (iii) reduzir custos com manutenção corretiva de bens depreciados; e (iv) aprimorar a eficiência energética por meio de equipamentos com classificação A do INMETRO.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A solução adequada é a aquisição direta dos bens novos no mercado, em entrega concentrada nas Secretarias requisitantes, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item e modo de disputa aberto e fechado, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

7.1.1. Deverão ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em especial: (i) preferência por equipamentos com classificação energética A (INMETRO); (ii) utilização de fluidos refrigerantes de menor potencial de aquecimento global; (iii) destinação ambientalmente adequada das embalagens, observando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.2. Amostras

7.2.1. Não se exigirá amostra dos licitantes. A análise da conformidade dos bens com as



especificações se dará no recebimento provisório, mediante apresentação de catálogo do fabricante e verificação física pelo fiscal designado.

7.3. Subcontratação

7.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.4. Garantia

7.4.1. Todos os bens deverão ser entregues novos, sem uso prévio, com garantia mínima de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo. Para os equipamentos de climatização (itens 04, 05 e 06), aplicar-se-á a garantia específica do compressor (36 a 60 meses, conforme a respectiva especificação). Para a câmara de conservação para medicamentos/vacinas (item 10), o fornecedor deverá ainda apresentar laudos de calibração/revisão semestrais por 2 (dois) anos, conforme especificação.

7.4.2. Durante o prazo de garantia, a Contratada será responsável pela assistência técnica diretamente ou por intermédio da rede autorizada do fabricante, providenciando o reparo ou a substituição do bem defeituoso no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da comunicação formal.

8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução, em razão da natureza e do valor do objeto, bem como da execução em parcela única, o que torna desproporcional a imposição da garantia.

9. MODELO DE EXECUÇÃO

9.1. Condições de Entrega

9.1.1. A entrega dos bens deverá ser efetuada em até 20 (vinte) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, em entrega única e integral.

9.1.2. Os locais de entrega, todos no Município de Flor da Serra do Sul/PR, são: (a) Prefeitura Municipal — Secretaria Municipal de Administração e Finanças (sede); (b) Secretaria Municipal de Saúde; (c) Secretaria Municipal de Esportes; (d) Secretaria Municipal de Assistência Social; (e) Secretaria Municipal de Educação; (f) Secretaria Municipal de Cultura; e (g) Secretaria Municipal de Agricultura, conforme indicação por item e por unidade na Nota de Empenho, observada a distribuição constante da tabela do item 2.1.

9.1.3. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, em horário de expediente do Município (das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00), salvo prévia autorização do fiscal do contrato.

9.1.4. Os bens deverão ser entregues acompanhados da respectiva nota fiscal eletrônica, do manual de instruções em língua portuguesa e do termo de garantia do fabricante.

9.1.5. A Contratada deverá observar todas as exigências do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), das normas ABNT/INMETRO aplicáveis e dos demais regulamentos técnicos vigentes, especialmente no tocante a vícios de qualidade ou quantidade que tornem os bens impróprios ao uso a que se destinam.

9.2. Obrigações da Contratada

- Cumprir fielmente o que estabelecem as cláusulas e condições do contrato administrativo.
- Entregar os bens novos, sem uso prévio, em estrita conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência e da proposta apresentada.



- Substituir, no prazo de 10 (dez) dias úteis e às próprias expensas, os bens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentarem defeito constatado no recebimento provisório ou definitivo.
- Assumir integralmente a responsabilidade pelo frete, carga, descarga e transporte dos bens até os locais de entrega, sem ônus para o Município.
- Prestar a assistência técnica durante todo o período de garantia, observando os prazos estabelecidos no item 7.4.
- Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista.
- Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer fato superveniente que possa comprometer o prazo ou a qualidade da entrega.
- Responder, integral e exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis decorrentes da execução do contrato.
- Não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.

9.3. Obrigações do Contratante

- Receber provisoriamente os bens, mediante conferência das quantidades e da documentação fiscal, no momento da entrega, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- Verificar a conformidade dos bens com as especificações, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, para fins de recebimento definitivo.
- Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e nas condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.
- Comunicar, formalmente, à Contratada qualquer irregularidade detectada nos bens entregues ou no cumprimento das obrigações contratuais.
- Aplicar as sanções administrativas previstas em lei e no contrato, observados a ampla defesa e o contraditório.
- Designar formalmente o fiscal e o gestor do contrato.

9.4. Sanções Administrativas

9.4.1. O licitante e o Contratado que incorrerem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 13/2024, sem prejuízo das implicações cíveis e penais cabíveis.

9.4.2. As sanções compreendem: (i) advertência; (ii) multa, na forma prevista no contrato; (iii) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos; e (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, observada a competência prevista em lei.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá: (i) anotar todas as ocorrências relacionadas à execução; (ii) emitir notificações para correção de inexatidões; e (iii) atestar o recebimento dos bens.

10.2. A gestão do contrato caberá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Flor da Serra do Sul, ou a servidor por este formalmente delegado.



11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Recebimento Provisório

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações e a proposta.

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, às suas expensas, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Recebimento Definitivo

11.2.1. O recebimento definitivo será feito pelo gestor do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação da conformidade dos bens com as especificações e o exame da documentação fiscal.

11.3. Forma de Pagamento

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada pelo fiscal e acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista vigentes.

11.3.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Flor da Serra do Sul/PR, constando o número da licitação, o lote/item e a especificação resumida do bem entregue, para fins de rastreabilidade.

11.3.3. Em caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tal, será devida correção monetária pelo índice INPC (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo.

11.3.4. O Contratante realizará as retenções tributárias devidas, observadas a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e as disposições legais aplicáveis.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM e modo de disputa ABERTO E FECHADO, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os Decretos Municipais aplicáveis.

12.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais previstas no edital, dispensada a qualificação técnica específica em razão da natureza comum dos bens.

12.3. O critério de aceitabilidade de preços limita-se ao valor máximo unitário fixado na tabela do item 2.1, sendo desclassificada a proposta que apresente valor superior ou que se mostre manifestamente inexequível.

13. ESTIMATIVA DE PREÇO

13.1. O custo total estimado da contratação será de R\$ **179.740,25 (Cento e Setenta e Nove Mil e Setecentos e Quarenta Reais e Vinte e Cinco Centavos)**, conforme custos unitários a serem apostos na tabela do item 2.1 após a conclusão da pesquisa de preços. Em razão da ampliação do escopo desta demanda em relação à versão anterior (Demanda 1012), o valor total estimado da contratação será apurado mediante pesquisa de preços atualizada para o escopo ampliado, abrangendo os 11 (onze) itens e a totalidade das unidades distribuídas entre as Secretarias



requisitantes.

13.2. A pesquisa de preços foi realizada exclusivamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo método da média aritmética dos preços homologados em contratações similares feitas pela Administração Pública nos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa, com aplicação de filtro de outliers e mínimo de 4 (quatro) fontes em unidades federativas distintas por item, nos termos do art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

15.2. Decorrido o referido prazo, e havendo pedido da Contratada, os preços poderão ser reajustados pelo índice INPC (IBGE), por meio de apostilamento.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento Geral do Município de Flor da Serra do Sul para o exercício de 2026, em cada uma das Secretarias requisitantes (Administração e Finanças, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura), a serem indicadas no respectivo processo administrativo, observadas as fontes de recursos próprios e de eventuais convênios aplicáveis.

17. APÊNDICE

17.1. O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelos Decretos Municipais aplicáveis e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada pela Administração Municipal.

17.2. Integram este Termo de Referência o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e o Relatório de Pesquisa de Preços, anexos ao processo administrativo.

Flor da Serra do Sul – PR, 26 de Maio de 2026.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLOR DA SERRA DO SUL



ANDRESSA IURKO

Secretária Municipal de Educação

MAURICIO BERNARDON BENETTI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

NELSON ALOISIO KUNSLER

Secretário Municipal de Saúde

THAISLINE MASO FELIPE

Secretária Municipal de Assistência Social

FABIO WILLIAM BENEDETE

Secretário Municipal de Agricultura

SILMAR PEDRO MAGRO

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

ANEXO IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos de Climatização

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Documento de Oficialização da Demanda (DOD): 83 a 88/2026.

Unidade Requisitante: Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura — Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul/PR.

Modalidade Pretendida: Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item e modo de disputa aberto e fechado.

2. OBJETO E CLASSIFICAÇÃO

Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de climatização, destinados às Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, conforme especificações e quantidades constantes na demanda.

Os bens objeto deste Estudo Técnico Preliminar possuem natureza de bens comuns, eis que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e por normas técnicas (ABNT e regulamentos INMETRO), nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo adequada a contratação pela modalidade Pregão.

3. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Educação	Andressa Iurko / Giseli Carraro
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Mauricio Bernardon Benetti/ Eduarda Isabel Petry
Secretaria Municipal de Saúde	Nelson Aloisio Kunsler / Ruscaia Mattos
Secretaria Municipal de Agricultura	Fabio William Benedete/ Cesar Z. Lameira
Secretaria Municipal de Assistência Social	Thaisline Maso Felipe / Deyse Reina
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	Silmar Pedro Magro

4. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

- Lei Federal nº 14.133/2021 — Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.
- Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da LC nº 147/2014 — Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



- Decreto Municipal nº 05/2024 — Regulamenta o Estudo Técnico Preliminar no Município de Flor da Serra do Sul.
- Decreto Municipal nº 06/2024 — Regulamenta a pesquisa de preços.
- Decreto Municipal nº 13/2024 — Regulamenta as sanções administrativas.
- Decreto Municipal nº 58/2023 — Regulamenta os procedimentos licitatórios e a contratação direta.
- Decreto Municipal nº 08/2024 — Disciplina a forma eletrônica do Pregão.
- ABNT NBR 16281:2014 — Eletrodomésticos para lavar e/ou secar roupas.
- ABNT NBR NM 60335-1 e -2-7/-11/-24/-40 — Segurança de aparelhos eletrodomésticos.
- ABNT NBR 15977 e ABNT NBR 16352 — Refrigeradores domésticos.
- ABNT NBR 16655-1/2:2018 — Condicionadores de ar split.
- ABNT NBR 5410 — Instalações elétricas de baixa tensão.
- ABNT NBR 16401 — Instalações de ar-condicionado para conforto.
- Portaria INMETRO nº 324/2019 — Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) — eficiência energética.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

Os equipamentos atualmente em uso nas Secretarias Municipais de Administração, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura encontram-se desgastados pelo tempo de utilização ou em quantidade insuficiente, apresentando baixo desempenho, falhas recorrentes e inadequação para atender às demandas cotidianas. A aquisição visa restabelecer e ampliar as condições mínimas de funcionamento, segurança e conforto necessárias à prestação dos serviços públicos, incluindo o adequado acondicionamento de medicamentos, imunobiológicos e materiais perecíveis.

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças necessita de aparelhos de ar-condicionado split inverter de diferentes capacidades térmicas (12.000, 18.000 e 24.000 BTU/h) para climatização de salas administrativas com áreas e ocupação variáveis, bem como de tanquinho, centrífuga e micro-ondas para uso de servidores nas dependências da sede. Os equipamentos de tecnologia inverter, além de proporcionarem maior conforto térmico, oferecem economia significativa de energia em relação aos modelos de velocidade fixa, em razão da operação modulada do compressor.

A Secretaria Municipal de Saúde necessita de frigobar para armazenamento de itens sujeitos a refrigeração em ambiente assistencial, máquina de lavar e secadora para higienização e secagem do enxoval utilizado no atendimento à população, aparelhos de ar-condicionado split inverter de 18.000 BTU/h para climatização de ambientes de atendimento, e câmara de conservação vertical para o adequado acondicionamento de medicamentos, vacinas e demais termolábeis, em conformidade com normas da ANVISA e do Programa Nacional de Imunizações.

A Secretaria Municipal de Esportes necessita de máquina de lavar para a higienização de uniformes e materiais utilizados nas atividades esportivas, garantindo condições adequadas de uso pelos atletas e pelos participantes dos programas esportivos municipais. As Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura, por sua vez, necessitam dos equipamentos de climatização, micro-ondas,



lavanderia e conservação distribuídos conforme a tabela do item 10, com vistas a assegurar adequadas condições de funcionamento dos respectivos espaços e equipamentos públicos (CRAS, escolas, espaços culturais e unidades vinculadas), incluindo, para a Agricultura, câmara de conservação de vacinas destinada à atividade de sanidade animal.

Diante da relevância dos bens para o funcionamento da Administração Municipal, da deterioração dos equipamentos atuais, da insuficiência quantitativa em unidades das diversas Secretarias e da inviabilidade técnica e econômica de manutenção corretiva, a aquisição justifica-se como medida necessária e proporcional à preservação da continuidade dos serviços públicos prestados à população de Flor da Serra do Sul.

6. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Requirante	Responsável	Itens de Interesse
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Mauricio Bernardon Benetti	Itens 04 (1 un.), 05 (1 un.), 06 (1 un.), 07 (1 un.), 08 (1 un.) e 09 (1 un.)
Secretaria Municipal de Saúde	A ser indicado pela Secretaria	Itens 01 (1 un.), 02 (1 un.), 03 (1 un.), 05 (3 un.) e 10 (1 un.)
Secretaria Municipal de Esportes	A ser indicado pela Secretaria	Item 01 (1 un.)
Secretaria Municipal de Assistência Social	A ser indicado pela Secretaria	Item 04 (2 un.)
Secretaria Municipal de Educação	A ser indicado pela Secretaria	Itens 01 (3 un.), 02 (3 un.), 04 (6 un.), 05 (2 un.), 06 (5 un.), 07 (4 un.), 08 (4 un.) e 09 (4 un.)
Secretaria Municipal de Cultura	A ser indicado pela Secretaria	Itens 05 (2 un.) e 06 (2 un.)
Secretaria Municipal de Agricultura	A ser indicado pela Secretaria	Itens 04 (2 un.) e 11 (1 un.)

A presente contratação foi centralizada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, responsável pelo planejamento, pela pesquisa de preços e pela condução do processo licitatório, em prol da racionalidade administrativa.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Sustentabilidade

Deverão ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, em especial: (i) preferência por equipamentos com classificação energética A (INMETRO); (ii) utilização de gases refrigerantes de menor potencial de aquecimento global (R-600a nos refrigeradores e R-410A/R-32 nos splits); (iii) destinação ambientalmente adequada das embalagens; e (iv) observância à Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

7.2. Garantia e Qualidade

Todos os bens deverão ser novos, sem uso prévio, e acompanhados de garantia mínima de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo. Para os equipamentos de climatização (itens 04, 05 e 06), a garantia do compressor obedecerá ao prazo específico definido por item (36 a 60 meses), conforme a respectiva especificação. Para a câmara de

conservação para medicamentos/vacinas (item 10), o fornecedor deverá ainda apresentar laudos de calibração/revisão semestrais por 2 (dois) anos, conforme especificação.

7.3. Qualificação Técnica

Em razão da natureza comum dos bens e da inexistência de complexidade técnica diferenciada, não se exigirá qualificação técnica específica do licitante além das declarações usuais de habilitação previstas no edital.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi consultado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em busca de contratações similares feitas pela Administração Pública nos 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa. Foram identificadas, para todos os itens, fornecedores ativos com pluralidade de marcas e modelos disponíveis no mercado nacional, o que demonstra a competitividade necessária à obtenção de preço vantajoso ao Município.

Os fornecedores são, em sua maioria, distribuidores e revendedores autorizados de marcas consolidadas no segmento de eletrodomésticos e climatização, com capacidade logística para atender entregas em Flor da Serra do Sul/PR no prazo previsto.

Não foram identificadas inovações tecnológicas ou metodologias alternativas que tornassem preferível solução diversa da aquisição direta de bens disponíveis no mercado.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adequada é a aquisição direta dos bens novos no mercado, mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item e modo de disputa aberto e fechado. O parcelamento por item amplia a competitividade, permite a participação de fornecedores especializados em cada segmento (linha branca, climatização) e favorece a obtenção do melhor preço para a Administração.

Foi considerada e descartada a alternativa de manutenção/recuperação dos equipamentos atuais, em razão de seu estado avançado de desgaste, do custo proibitivo de peças de reposição para equipamentos antigos e da ausência de garantia técnica sobre o resultado da recuperação. Foi também avaliada a hipótese de locação de equipamentos, descartada por ser, no horizonte de 12 meses, mais onerosa do que a aquisição direta para bens de uso contínuo e permanente.

Por se tratar de aquisição pontual (não-SRP), com quantitativos definidos e necessidade imediata, a contratação se dará por instrumento contratual com vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura, suficiente para abranger o ciclo de entrega, instalação (quando aplicável aos splits) e o período de garantia inicial.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos foram definidos a partir do levantamento realizado junto às Secretarias requisitantes, observando-se a necessidade efetiva de substituição de equipamentos depreciados e a inexistência de excedentes no patrimônio municipal:

Item	Produto / Especificação Resumida	Un d	Qt d
01	Máquina de lavar roupa automática 17 kg	U N	05
02	Secadora de roupas elétrica 11 kg	U	04



		N	
03	Refrigerador tipo frigobar, mínimo 100 L	U N	01
04	Ar-condicionado Split Inverter 12.000 BTU/h	U N	11
05	Ar-condicionado Split Inverter 18.000 BTU/h	U N	08
06	Ar-condicionado Split Hi-Wall Inverter 24.000 BTU/h	U N	08
07	Máquina de lavar semiautomática (tanquinho) 10 kg	U N	05
08	Centrífuga de roupas 10 kg	U N	05
09	Forno de micro-ondas de bancada, mínimo 32 L	U N	05
10	Câmara de conservação vertical para medicamentos/vacinas, mínimo 500 L	U N	01
11	Câmara de conservação de vacinas vertical, 120 L	U N	01
TOTAL	50		

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 06/2024, pelo método de média aritmética dos preços homologados em contratações similares feitas pela Administração Pública (inciso II do § 1º do art. 23), com fonte exclusiva no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), considerando-se no mínimo 4 (quatro) fontes em unidades federativas distintas por item, com aplicação de filtro de outliers (mediana \times 3 superior e mediana \div 3 inferior). O valor unitário foi arredondado para cima na segunda casa decimal.

Item	Descrição Resumida	Und	Qtd
01	Máquina de lavar 17 kg	UN	05
02	Secadora elétrica 11 kg	UN	04
03	Frigobar 100 L	UN	01
04	Split Inverter 12.000 BTU/h	UN	11
05	Split Inverter 18.000 BTU/h	UN	08
06	Split Hi-Wall Inverter 24.000 BTU/h	UN	08
07	Tanquinho 10 kg	UN	05
08	Centrífuga 10 kg	UN	05
09	Micro-ondas 32 L	UN	05
10	Câmara de conservação 500 L	UN	01
11	Câmara de vacinas 120 L	UN	01
TOTAL	50	—	

Valor global estimado da contratação: R\$ 180.000,00, a ser apurado mediante pesquisa de preços atualizada para o escopo, abrangendo os 11 (onze) itens e a totalidade das unidades distribuídas entre as Secretarias requisitantes.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A contratação será dividida em 11 (onze) itens distintos, com vistas a estimular a competitividade e ampliar o universo de fornecedores aptos a participar do certame. O parcelamento por item permite que distribuidores especializados em linha branca (itens 01, 02, 03, 07, 08 e 09), em climatização (itens 04, 05 e 06) e em equipamentos para conservação de termolábeis com registro ANVISA (itens 10 e 11) possam ofertar seus melhores preços, observando-se ainda os princípios da economicidade e da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações acessórias ou interdependentes necessárias à perfeita execução do objeto. A instalação dos aparelhos de ar-condicionado, quando exigida, será realizada por empresa terceirizada já contratada pelo Município para serviços de manutenção predial, em processo licitatório autônomo.

14. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Flor da Serra do Sul para o exercício de 2026 e em conformidade com as diretrizes orçamentárias estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Substituição dos equipamentos depreciados e restabelecimento das condições operacionais adequadas nas Secretarias requisitantes.
- Obtenção do melhor preço de mercado mediante competição entre licitantes.
- Aquisição de bens com classificação energética A, com consequente redução do consumo de energia elétrica e dos custos correntes do Município.
- Garantia de tratamento isonômico entre os licitantes e prevenção de sobrepreço ou de preço manifestamente inexequível.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a correta execução do contrato, deverão ser adotadas as seguintes providências: (i) designação formal de fiscal e de gestor do contrato; (ii) capacitação dos servidores responsáveis pelo recebimento provisório e definitivo; (iii) preparação dos locais de instalação dos splits, com a adequação prévia dos pontos elétricos e de alvenaria, quando necessária; e (iv) verificação prévia da compatibilidade de tensão (110/127 V) com a rede elétrica das unidades atendidas.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais decorrentes da aquisição são reduzidos, considerando-se que: (i) os equipamentos especificados utilizam gases refrigerantes de menor potencial de aquecimento global (R-600a e R-410A/R-32); (ii) ostentam classificação energética A do INMETRO; e (iii) a destinação final das embalagens deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Para os equipamentos substituídos, o Município deverá observar os procedimentos próprios de desfazimento de bens patrimoniais, incluindo, quando aplicável, a destinação a cooperativas de catadores ou a logística reversa do fabricante.



18. ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Identificou-se um conjunto de riscos relevantes ao processo de contratação, com as respectivas ações preventivas e de contingência, conforme quadros abaixo. O Mapa de Riscos integral encontra-se em documento próprio (Mapa de Riscos da Demanda 1247).

RISCO 01	
Descrição / Dano: Licitação deserta ou fracassada, com ausência de propostas válidas.	
Probabilidade: Média Impacto: Alto	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Verificar a aderência das especificações ao mercado fornecedor; assegurar que o preço estimado é compatível com a média de mercado; ampla divulgação do edital.	Setor de Licitações
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Reabrir o certame com revisão das especificações e/ou dos prazos; avaliar contratação direta por dispensa fundamentada, quando juridicamente cabível.	Equipe de Planejamento
RISCO 02	
Descrição / Dano: Atraso na entrega dos bens, com prejuízo à continuidade dos serviços públicos.	
Probabilidade: Média Impacto: Médio	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Estabelecer prazo de entrega objetivo (20 dias corridos) e cláusulas de sanção proporcionais ao descumprimento; acompanhamento próximo pela fiscalização.	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Aplicação de multas contratuais; convocação do segundo colocado, quando cabível; rescisão contratual nas hipóteses legais.	Gestor do Contrato
RISCO 03	
Descrição / Dano: Entrega de bens em desconformidade com as especificações técnicas (marca/modelo diferente, capacidade inferior, eficiência energética inferior, etc.).	
Probabilidade: Baixa Impacto: Alto	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Especificações claras e objetivas, com referência expressa às normas ABNT e INMETRO; exigência de catálogo do fabricante no momento da proposta; recebimento provisório criterioso.	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Rejeição dos bens e exigência de substituição às custas da Contratada, com aplicação das sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.	Fiscal do Contrato
RISCO 04	
Descrição / Dano: Defeito de fabricação ou falha precoce do equipamento dentro do prazo de garantia.	
Probabilidade: Baixa Impacto: Médio	



AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Exigência de garantia mínima de 12 meses para todos os itens, ampliada para o compressor dos splits (36 a 60 meses); registro do número de série e nota fiscal.	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Acionamento da garantia junto à Contratada/fabricante; substituição do equipamento; sanção administrativa em caso de descumprimento do prazo de atendimento da garantia.	Fiscal do Contrato
RISCO 05	
Descrição / Dano: Impugnações ao edital, recursos administrativos ou ações judiciais que retardem a conclusão do processo.	
Probabilidade: Baixa Impacto: Médio	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Revisão prévia do edital pelo Setor Jurídico; observância das súmulas e acórdãos recentes do TCU/TCE; especificações neutras quanto a marca/modelo.	Procuradoria Jurídica
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
Resposta tempestiva aos questionamentos; revisão dos atos quando necessário; manutenção da motivação dos atos administrativos.	Pregoeiro / Procuradoria

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação dos eletrodomésticos e equipamentos de climatização objeto deste ETP, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de menor preço por item, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. A pesquisa de mercado indica preços compatíveis com a realidade dos contratos públicos vigentes e a existência de competição suficiente para a obtenção de proposta vantajosa para o Município.

ANDRESSA IURKO

Secretária Municipal de Educação

MAURICIO BERNARDON BENETTI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

NELSON ALOISIO KUNSLER

Secretário Municipal de Saúde

THAISLINE MASO FELIPE

Secretária Municipal de Assistência Social

FABIO WILLIAM BENEDETE

Secretário Municipal de Agricultura

SILMAR PEDRO MAGRO

Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLOR DA SERRA DO SUL





ANEXO V – DECLARAÇÃO DE LGPD

DECLARAÇÃO LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VI - DECLARAÇÃO UNIFICADA

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

A(o) pregoeira(o) e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Licitante quanto à sua habilitação;
2. Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de licitação;
3. Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
4. Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
5. Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da licitação e à legislação vigente;
6. Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora Contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
7. Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado, e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que o mesmo estipular;
8. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
9. Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal; (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).
10. Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada;
11. Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
12. Declara, conforme prevê o §8º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que possui os compromissos assumidos abaixo, que importam em diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido



atualizado e sua capacidade de rotação.

13. Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do CPF nº , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

15. Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

16. Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

17. Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

18. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

19. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º N°XX/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ANEXO VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas consignadas no Orçamento Geral do Município de Flor da Serra do Sul para o exercício de 2026, em cada uma das Secretarias requisitantes (Administração e Finanças, Saúde, Esportes, Assistência Social, Educação, Cultura e Agricultura). Conforme abaixo:

INDICAÇÃO DOS RECURSOS - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Organograma	Máscara	Descrição da Despesa	Valor Previsto
03.001	03.001.04.122.0001.2002.3.3.90.30.00	Manutenção das Atividades Administrativas	20.000,00
05.002	05.002.12.361.0003.2031.3.3.90.30.00	Gestão da Secretaria de Educação	50.000,00
05.002	05.002.12.361.0003.2032.4.4.90.52.00	Ações do Ensino Fundamental I	50.000,00
06.002	06.002.27.812.0008.2015.4.4.90.52.00	Gestão das Ações Esportivas e Recreativas	10.000,00
06.002	06.002.27.812.0008.2015.3.3.90.30.00	Gestão das Ações Esportivas e Recreativas	20.000,00
08.002	08.002.08.245.0005.2019.3.3.90.30.00	Bloco de Proteção Social Básica	10.000,00
07.002	07.002.10.301.0004.2039.3.3.90.30.00	Gestão da Atenção Primária em Saúde	10.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2012.3.3.90.30.00	Gestão da Secretaria de Agricultura	5.000,00
09.001	09.001.20.608.0007.2012.4.4.90.52.00	Gestão da Secretaria de Agricultura	4.740,25
Total Previsto:			R\$ 179.740,25